

E o Congresso decolou o "Jumbinho" do Sarney

Em votação supersônica, ontem à noite, o Congresso aprovou o projeto de lei nº65, que abre créditos adicionais no montante de NCz\$ 2,25 bilhões — cerca de US\$ 321 milhões. O projeto foi apresentado pelo presidente Sarney e mereceu o rótulo de **Jumbinho**, isto é, um avião da alegria com lugares para muitos passageiros, e de decolagem rápida, pois o governo vive seus últimos dias.

O **Jumbinho** alçou vôo tão rapidamente que sequer houve tempo para o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) registrar seu protesto. Quando alcançou o microfone do plenário, o presidente da sessão, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), informou que a votação estava encerrada. Não havia mais o que fazer. Atônito, Dornelles perguntou:

— Ué, o **Jumbinho** já decolou?

E decolou bonito, sem qualquer modificação em relação ao texto original. A exposição de motivos se baseia num chamado "excesso de arrecadação", isto é, o Tesouro vai faturar mais cruzados novos do que previa o orçamento deste ano. A tese é ardilosa. Na verdade, o faturamento adicional é apenas nominal, pois se deve à escalada inflacionária. Os NCz\$ 2,25 bilhões, portanto, vão ser emitidos pela Casa da Moeda pelo fato de que não existem, concretamente. A consequência imediata será mais inflação. Não foi por outra razão que os ministros Mailson da Nóbrega,



Em votação a jato, Carneiro, presidente do Congresso, informou a aprovação do projeto. Atônito, Dornelles perguntou: ué, já decolou?

da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, firmaram o projeto a contragosto, sob protesto.

O projeto 65, agora tornado lei, vai atender os interesses de grandes empreiteiras e muitos políticos, destinando-se à construção ou recuperação de rodovias, ferrovias e pontes, ligadas ao Ministério dos Transportes. Os espaços do **Jumbinho** estão assim divididos: NCz\$ 1.8 bilhão para a reforma de estradas, NCz\$ 269,6 milhões para obras da Ferrovia Norte-Sul, NCz\$ 60 milhões para a CBTU (Cia. Brasileira de Transportes Urbanos), NCz\$ 30 milhões para a Portobrás, e NCz\$ 20 milhões para o trem urbano de Porto Alegre.

A pressa na aprovação, ob-

viamente, tem causas ocultas. A Constituição instituiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias, através da qual o Legislativo define onde, como e quanto o Executivo vai gastar no ano que vem. Aprovada pela primeira vez em meados do ano, a LDO estabeleceu que todos os recursos para obras públicas em 1990 devem privilegiar aquelas já iniciadas. O que fez Sarney e o que toparam os parlamentares? Criaram um casuísmo. Como todas as obras contempladas pelo **Jumbinho** terão editais publicados ainda em 1989, elas adquirem o caráter de obras iniciadas. O ministro Reinaldo Tavares, dos Transportes, compadre do presidente Sarney, vai assinar a abertura das concorrências até março, quando se encerra o mandato. A

conta vai ser paga pelo próximo governo.

O deputado José Serra (PSDB-SP), que foi uma das poucas vozes a se manifestar com veemência contra o **Jumbinho**, considera o fato muito grave. Serra lembra que, como não há recursos, a opção será aumentar a dívida pública, um expediente que no panorama conturbado da economia brasileira, significará emitir dinheiro.

— Passar por cima da Constituição é grave — anota o deputado tucano — em si e pelo precedente que abre para os futuros processos orçamentários. Pode-se destruir um dos aspectos que a Constituição tem de melhor: a organização racional e transparente do gasto público.

Para permitir a aprovação, ontem, as lideranças dos partidos fecharam acordo por unanimidade, o que acabou dispensando votação dos presentes ao plenário.

O **Jumbinho** decolou. Mas outros aviões da alegria vêm por aí, na esteira do final de governo. Milhares de emendas, estas apresentadas por parlamentares, aguardam aprovação na Comissão Mista do Orçamento. Tanto quanto o **Jumbinho**, propõem obras a serem incorporadas ao Orçamento de 90, financiadas pelo mesmo artifício, ou seja, excesso de arrecadação. José Serra lembra que a Constituição não admite que o orçamento contenha hipótese de receita e despesa. Mas, neste clima de fim de festa e de governo, tudo é possível.